

**ATA DA 335ª REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO  
ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD**

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, às 10:25h. no Mercure Hotel, na cidade de Brasília, a Assembléia Geral do ECAD realizou, em caráter extraordinário, sua 335ª Reunião, com a presença dos Srs. Roberto Corrêa de Mello (ABRAMUS), William Netto da Cunha (AMAR), Kleber da Silva (SBACEM), Chrysóstomo Pinheiro de Faria (SICAM), Jorge Costa e Sílvia César (SOCINPRO), Frederico Lemos e Sydney Sanches (UBC) e da Srª Superintendente Executiva, Glória Cristina Rocha Braga. Presentes ainda os Srs. Maria Cecília Garreta Prats Caniato e Adonis Marcelo, (ABRAMUS), Marcos Campuzano (AMAR), Antonio Carlos Santanna (SBACEM), Célia Barros Madureira Favi (SICAM) e Joelma Giro Montanaro (SOCINPRO). Conforme o disposto no parágrafo 2º, artigo 23 do Estatuto do Escritório, foi eleito para presidir os trabalhos o Sr. Roberto Corrêa de Mello, cabendo a mim, Frederico Lemos, secretariá-lo. **1) VERIFICAÇÃO DO QUORUM** – Verificado o quorum exigível para a instalação da sessão, deu-se início aos trabalhos. **2) APROVAÇÃO DA ATA 334ª AGO** - Lida e aprovada, após algumas alterações. **3) PENDÊNCIAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: 3.1) PAN** – Apresentado o histórico do processo de cobrança dos direitos de execução pública dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. O Comitê Olímpico Rio (CO-RIO) pagou uma garantia mínima de R\$ 200.000,00. Os técnicos de arrecadação do ECAD compareceram aos eventos para apurar os valores de borderô e captar as execuções musicais. O valor total da cobrança gira em torno de R\$ 1.150.000,00. O CO-RIO reconhece o valor, mas informa que não possui verba para efetuar o pagamento e requisitará que o pagamento seja feito pelo Governo Federal. Caso não haja perspectiva para receber este valor na esfera administrativa, a cobrança será encaminhada ao Depto. Jurídico. Neste caso deverá ser definida a forma de distribuição dos valores pagos como garantia mínima enquanto se recorre ao Judiciário para a cobrança do valor restante. **4) ORDEM DO DIA: 4.1) Superintendência: a) Presença do Sr. Marcos Souza – Gerência de Direito Autoral – Ministério da Cultura** – Registrada a presença dos representantes do Ministério da Cultura, Srs. Marcos Souza e José Vaz, que compareceram à reunião a convite da Assembléia. O Sr. Marcos Souza agradeceu o convite e expôs sua visão sobre o segmento autoral, destacando a importância do ECAD como o principal ente atuante na gestão coletiva de direitos no Brasil. Comunicou a mudança no status da Gerência de Direito Autoral do MinC que passará a ser uma Coordenadoria, que para efeitos da administração pública trata de assuntos permanentes. A Coordenadoria de Direito Autoral conta hoje com treze funcionários sendo dez servidores públicos concursados. O Sr. Marcos Souza sinalizou que o Plano Nacional de Cultura, a ser formulado pelo Ministério da Cultura, deve definir a extensão do interesse público e a participação do Estado no segmento autoral, embora ainda não soubesse precisar o modelo que será adotado. A UBC comentou sobre a necessidade do MinC se posicionar claramente a respeito dos *Creative Commons* que vêm sendo publicados na imprensa como parte da política institucional do Ministério. O representante da SOCINPRO, Dr. Jorge Costa, questionou sobre a adesão do Brasil aos Tratados OMPI ainda não ratificados. O Sr. Marcos Souza respondeu que não existe no momento nenhuma intenção do MinC em sugerir a adesão aos tratados, por entender que a legislação interna já contempla os principais conceitos envolvidos. Na oportunidade, o Sr. Marcos Souza enfatizou a atuação do MinC em relação aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional. O presidente da ABRAMUS, Dr. Roberto Mello, fez exposição sobre a ameaça sofrida pelo repertório musical brasileiro, em razão do trabalho desenvolvido por entidades estrangeiras de gestão coletiva musical em relação aos titulares nacionais e seus respectivos repertórios. **b) PLS em andamento no Congresso Nacional** – Comunicado o arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 221/04, que previa a isenção do recolhimento dos direitos de execução pública nos eventos gratuitos. O próprio autor do PLS, Senador Sergio Zambiasi, foi quem pediu o arquivamento, em atendimento às justas manifestações da classe autoral. **4.2) Gerência Adm/Financeira: a) Memos 153 e 154/07 – Controladoria – Solicitação de baixa de patrimônio** – Autorizadas as baixas, pelo fato do concerto dos bens ser antieconômico. **4.3) Gerência Jurídica: a) Posicionamento das ações** – O Gerente Jurídico Executivo, Dr. Samuel Fahel, procedeu ao relato das principais ações patrocinadas pelo Depto. Jurídico do ECAD, com destaque para a ação dos “trilheiros” que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **b) Cts. 184, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232/07-GJUR – solicitando baixa de cheques e Notas Promissórias** – Autorizadas as baixas pelo fato das cobranças terem sido infrutíferas. **c) OAB/MS** - O Dr. Sydney Sanches fez um relato do evento sobre música e direito autoral organizado pela seccional da OAB do Estado de Mato Grosso do Sul, com bons resultados e repercussão em mídia local. Destacou-se a participação do Dr. Hildebrando Pontes, advogado do ECAD

em Minas Gerais, bem como dos Srs. Márcio do Val e Samuel Fahel na defesa dos direitos autorais. Ainda foi ressaltada a importância da realização de eventos similares em outras praças pelo Brasil. Neste momento, os Srs. Marcos Souza e José Vaz deixaram a sala de reuniões, tendo mais uma vez agradecido o convite e se colocado à disposição para atender às reivindicações do setor. **4.4) Gerência de TI: a) Liberação de login para ex funcionário do Ecad/Associações que ingressou em outra Associação** –

Foi relatado que funcionários de associações, que no passado foram vinculados ao ECAD e a associações excluídas, estão solicitando *login* de acesso ao sistema de informações do ECAD. A Assembléia Geral negou o acesso e orientou o ECAD a sempre submeter à aprovação os pedidos de acessos da mesma natureza. **b) ADDAF** - Registrado e-mail de resposta da ADDAF a parte dos questionamentos formulados pelo ECAD em fevereiro sobre a geração e publicação dos códigos ISWC (*International Standard Work Code*) pela agência regional Brasil-ECAD-NET. Definido que o ECAD deve apurar o volume de obras do repertório ADDAF que ainda não receberam o ISWC e apurar os eventuais custos operacionais caso a ADDAF publique seu repertório através da agência brasileira. **c) Liberação dos metadados de obras musicais e fonogramas para as rádios que utilizam o ECADtec.rádio** –

A Abramus se posicionou favorável à divulgação dos metadados de obras e fonogramas para radiodifusores no contexto do projeto de identificação de execuções desenvolvido pela área de TI do ECAD. As demais associações já haviam se posicionado favoravelmente. **4.5) Gerência de Distribuição: a) Comissão de Distribuição** – Presente a Sra. Gerente Executiva de Distribuição, Márcia Melo, deu-se início às análises sobre as seguintes questões tratadas pela Comissão de Distribuição: **a) Distribuição de cinema** - A UBC sugeriu a emissão de um comunicado aos titulares informando os termos do acordo que pôs fim a uma disputa de 17 anos com o exibidor cinematográfico Severiano Ribeiro e sobre a forma de distribuição que será adotada para o pagamento desses direitos. A ABRAMUS e a SOCINPRO, a princípio, se posicionaram contrariamente, por entenderem que um comunicado gerará expectativas de distribuição imediata, o que não poderá ocorrer em razão do parcelamento da dívida. O ECAD deverá elaborar uma minuta do comunicado para que as associações se manifestem oportunamente. **c) Cadastro de fonogramas** -

A UBC expôs assunto referente ao levantamento efetuado pela assessoria do titular Carlinhos Brown, que detectou a presença de fonogramas irregulares no cadastro do ECAD. A UBC já solicitou à área de distribuição do ECAD que apure todos os indícios de irregularidade. Entretanto, o assunto é trazido ao conhecimento da Assembléia Geral devido à gravidade da situação. Em alguns casos os produtores fonográficos estariam cadastrando ISRCs de fonogramas inexistentes para liberar direitos conexos de apresentações ao vivo em Rádio e TV. Por outro lado estaria ocorrendo a apropriação indevida de fonogramas de terceiros, como no caso da Hermison, relatado pela Abramus. A UBC apresentou o caso do fonograma “GAME X” que foi cadastrado pela gravadora SONY MUSIC com interpretação de Carlinhos Brown. A assessoria de Carlinhos Brown informa que ele não é o intérprete da gravação. A gravação pertence na verdade à empresa Nariz de Borracha e foi sincronizada no programa da XUXA da TV GLOBO. A SONY MUSIC reconhece que o fonograma não existe. Pela Abramus foi dito que o cadastro está fundamentado no contrato artístico de exclusividade da SONY MUSIC com Carlinhos Brown. Pela UBC foi argumentado que o contrato artístico não elide a necessidade de se obter a autorização do titular do direito autoral para gravar a obra musical, no que foi acompanhada pela AMAR e SOCINPRO. Trata-se, portanto, de um cadastro feito indevidamente e que deve ser cancelado imediatamente, procedendo o ECAD com os ajustes financeiros necessários. A UBC ainda solicitou que o ECAD emita um comunicado às associações e titulares reforçando a orientação de que os ISRCs só podem ser cadastrados mediante a prévia autorização dos titulares de direito autoral e esclarecer que execuções ao vivo em Rádio e TV não geram direitos conexos. A ABRAMUS posicionou-se no sentido de que cada caso deve ser analisado de *per si*, tendo em vista que algumas gravações, com a devida autorização autoral e contrato artístico com a gravadora, devem ser consideradas para efeito de distribuição de conexo. Nesse enfoque, concordou a AMAR. A SOCINPRO ainda acrescentou que as rádios fazem shows e ficam repetindo essas gravações durante a programação. **c) Cadastro de fonograma estrangeiro** –

A Assembléia Geral manteve a regra para cadastramento de fonograma estrangeiro por publicação simultânea. As associações devem enviar o label copy do país de publicação original e o label copy do país em que se deu a publicação simultânea para efeitos de conferência. Na ausência do label copy poderá ser apresentado o documento enviado pelo produtor fonográfico à fábrica para a prensagem do produto, desde que datado. Em nenhum caso será permitido apenas o envio do ISRC sem a respectiva documentação comprobatória da publicação simultânea em país signatário da Convenção de Roma. **4.6) Gerência de Marketing: a) Status sobre a reunião da Comissão de Marketing – Comunicação aos titulares** - Apresentado o relatório da reunião da Comissão de Marketing para apreciação das associações. O assunto deverá retornar na próxima reunião. **4.7) Gerência de Arrecadação: a) Proposta de pagamento – F.J. Lucas** - Apresentada proposta de quitação, à vista, do débito do usuário F.J. Lucas exibidor cinematográfico. A Assembléia Geral ratificou a contra-proposta

apresentada pela área de arrecadação, no valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais). A Assembléia Geral ainda determinou uma alçada mínima de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). **b) Estudo sobre Podcasts** - Apresentada a proposta da área de arrecadação para o segmento de novas tecnologias, incluindo o podcasting. As associações devem se manifestar até a próxima Assembléia Geral. **6) ASSUNTOS GERAIS: 6.1) Ratificação de Procuраções** – Ratificadas as procuраções outorgadas pela Sra. Superintendente ao Gerente da Unidade do Mato Grosso, Márcia Marques da Silva. **6.2)** A pedido das Associações, o ECAD deverá efetuar em 48 horas o repasse do adiantamento da distribuição indireta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão às 17:00 horas, tendo eu, Frederico Lemos, lavrado a presente Ata que após lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Brasília, 15 de agosto de 2007.

ABRAMUS \_\_\_\_\_

AMAR \_\_\_\_\_

SBACEM \_\_\_\_\_

SICAM \_\_\_\_\_

SOCINPRO \_\_\_\_\_

UBC \_\_\_\_\_

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Secretário:** \_\_\_\_\_